



MENSAGEM Nº 067/2022, de 25 de abril de 2022.

Senhor Presidente,

Por meio deste expediente, venho submeter à apreciação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que dispõe sobre o CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vale lembrar que as informações constantes nesta Mensagem e no Projeto de Lei foram obtidas com o historiador e professor, SÉRGIO BARRETO que em muito tem contribuído com a Administração Pública Municipal com dados históricos de extrema importância no preservar da cultura.

Na data de **08/11/1864**, a Lei 121, assinada pelo Presidente da Província, LAFAYETE RODRIGUES PEREIRA, elevou o Distrito de Jaguaribe-Mirim à categoria de Vila, sendo a sede do Município transferida de Cachoeira para Jaguaribe-Mirim e, **em 1866, foi realizada a instalação da Câmara Municipal.**

PORTANTO, o Nosso Município, oficialmente, foi emancipado em **08 de novembro de 1864.**

Com relação aos Distritos, conforme é do conhecimento de todos, o Nosso Município possui os Distritos de Aquinópoles, de Feiticeiro, de Mapuá e de Nova Floresta, com as seguintes datas cívicas de elevação à condição de Distrito.

AQUINÓPOLES, através da Lei 6.879, de **13 de dezembro de 1963**, sancionada pelo Governador Virgílio Távora, foi criado.

FEITICEIRO, em **09 de maio de 1932**, passou a ser considerado Distrito, por conta do início das obras de edificação do Açude Joaquim Távora, pelo Governo Federal, razão pela qual, na cultura popular tradicional, a data que se comemora a elevação do Distrito de Feiticeiro é o dia 09 de maio de 1932.

MAPUÁ, passou a categoria de Distrito através da Portaria 03, do Presidente da Província JOSÉ JOAQUIM COELHO em **18 de março de 1842**, mas, em 21 de maio de 1963, através da Lei 6.308, elevado a Município, desmembrado de Jaguaribe, no entanto, em **14 de dezembro de 1965**, o Distrito de Mapuá voltou a condição de Distrito através da Resolução 8.339.

Recebi em 26/04/2022
Normilton



PREFEITURA DE
JAGUARIBE

NOVA FLORESTA, através de Ato Provincial de Número 1842, de **09 de dezembro de 1972**, foi criado como Distrito.

Em junho de 1963, através da Lei 6.405, o Distrito de Nova Floresta foi elevado à categoria de Município, mas, em **14 de dezembro de 1965**, mencionada Lei foi revogada e NOVA FLORESTA voltou a ser Distrito de Jaguaribe.

Os fatos históricos com as datas cívicas nesta, mencionados, estão incluídos nos relatos anexos, de autoria do historiador SÉRGIO BARRETO.

A matéria segue revestida de URGÊNCIA, URGENTÍSSIMA, pois, com relação ao Distrito de Feiticeiro, **no próximo dia 09 de maio de 2022**, o Distrito de Feiticeiro irá completar **NOVENTA ANOS DE HISTÓRIA**.

Atenciosamente,

Al S B

ALEXANDRE GOMES DIÓGENES

Prefeito Municipal

Exmo. Senhor Vereador:

JOSE RUI PINHEIRO PEIXOTO

Presidente da Câmara Municipal de Jaguaribe



PROJETO DE LEI Nº 068/2022, de 25 de abril de 2022.

DEFINE CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS
COMEMORATIVAS DOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE
JAGUARIBE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBE, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso VII, da alínea "a", da Constituição, e pela da Lei Orgânica do Município de Jaguaribe, submete à apreciação da Câmara Municipal de Jaguaribe, o seguinte Projeto de Lei:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBE/CE APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei institui, no Município de Jaguaribe, o Calendário Oficial de Eventos Cívicos Comemorativos dos Distritos.

Parágrafo Único. A Administração Pública Municipal, nas datas comemorativas poderá realizar campanhas educativas, eventos culturais, gastronômicos, turísticos, e tudo mais que for relevante à população dos Distritos.

Art. 2º. Fica definido o Calendário Oficial de Eventos Cívicos nos Distritos do Município de Jaguaribe, como sendo o seguinte:

I - **AQUINÓPOLES**, passa a contar com a data de **13 de dezembro**, como a data oficial de criação do Distrito, nos termos da Lei 6.879, de 13 de dezembro de 1963, sancionada pelo Governador Virgílio Távora;

II - **FEITICEIRO**, passa a contar com a data de **09 de maio**, considerado como Distrito, por conta do início das obras de edificação do Açude Joaquim Távora, pelo Governo Federal, em de 09 de maio de 1932, sendo, oficialmente, por força desta Lei, a data comemorativa da criação do Distrito de Feiticeiro;

III - **MAPUÁ**, passa a contar como data comemorativa de criação do Distrito, o dia de **18 de março**, dia da criação do Distrito, através da Portaria 03, do Presidente da Província JOSÉ JOAQUIM COELHO, de **18 de março de 1842**;

IV - **NOVA FLORESTA**, através de Ato Provincial de Número 1842, de **09 de dezembro de 1972**, foi criado como Distrito, sendo **09 de dezembro**, a data comemorativa de criação do Distrito.



PREFEITURA DE
JAGUARIBE

Art. 3º. Nas datas acima mencionadas, no âmbito de cada Distrito, será decretado feriado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Intendência, 25 de abril de 2022.

Al S B

ALEXANDRE GOMES DIÓGENES
Prefeito Municipal

O DISTRITO DE AQUINÓPOLES, O ANTIGO SACO DO FRADE:



Cidade do Aquinos ou *Terra dos Aquinos* é o mais novo e menor Distrito do Município de Jaguaribe, Ceará, com uma área territorial de 80,75 km², criado pela Lei Nº 6.879, de 13 de dezembro de 1963, pelo Governador Virgílio Távora, localizado no extremo Leste, no sopé da Serra do Pereiro. Limita-se ao Norte com o município de Pereiro, ao Sul com o Distrito de Mapuá (antigo Boa Vista), ao Leste com o município de Pereiro e a Oeste com o Distrito Sede de Jaguaribe.

A sede do Distrito, a vila, desenvolveu-se a partir da antiga Sesmaria da Fazenda Olho d'Água, do ano de 1735, que foi dada ao Padre Carmelita FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ, do Convento da Cidade da Paraíba (atual João Pessoa), também denominada Fazenda do Saco do Frade, que na terceira década do século XX, passou a pertencer ao senhor MANUEL RUFINO DE AQUINO e sua esposa Dona MARIA FRANCISCA DE AQUINO (patriarcas da família Aquino). A partir de então a comunidade passa a se desenvolver agregando outros moradores. A primeira grande casa de taipa, desse período, permanece preservada sendo uma referência arquitetônica local.

A Vila de Aquinópolis fica situada à margem do Riacho do Saco, que deságua no Riacho da Paula, que deságua no Riacho Pitombeira, afluente da margem direita do Rio Jaguaribe, abaixo da cidade de Jaguaribe. É servida pelas águas do Açude Aquinópolis.

Sua Capela é o orago de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que, por iniciativa da comunidade local, teve a sua construção (1950-1951), foi iniciada na vigaria do Padre MACÁRIO FREITAS, sendo concluída na vigaria do Padre Pompeu Bessa. Sua festa religiosa tem ápice no dia 27 de junho.

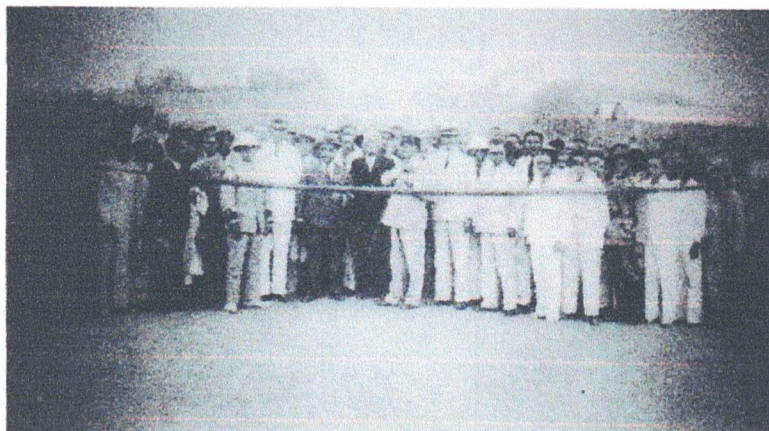
Três dos seus filhos ilustres são SINOBILINO PINHEIRO MAIA (poeta Sinó), nascido na Fazenda Carrapateira, JOSÉ RUFINO DE AQUINO (Diácono) e JAIME TOMÁS DE AQUINO (o magnata do caju), que eram irmãos.

Alguns fatos marcantes do lugar foram a passagem de Lampião, no ano de 1927, rumo a Fazenda Bálsamos, em Pereiro, quando vinha da frustrada tentativa de invasão de Mossoró, Rio Grande do Norte; e a colisão, no ano de 2004, na Serra dos Urubus, de um objeto voador não identificado que abriu uma imensa cratera e pulverizou-se, fato que teve muito destaque na imprensa local.

Sérgio Barreto – pesquisador da história jaguaribana.

↓

O ANTIGO SÍTIO FEITICEIRO



Inauguração do Açude Joaquim Távora (1933).

Fonte: www.google.com

Segundo a tradição oral a toponímia de Feiticeiro surgiu a partir do riacho de mesmo nome (também conhecido como Jatubarana) devido ao fato de que o seu entorno permanecia com água e vegetação exuberante durante o período de estiagem e habitantes da região diziam que o riacho tinha um *feitiço*.

Para Valdir Uchoa (2005) o mais correto, em relação a toponímia Feiticeiro, é que foi dada para João Carlos Cunha Távora, em 1735, quando comprou as terras do atual Feiticeiro ao Tenente João Maya de Córdua e solicita a posse (sesmarias) ao Capitão-Mor do Ceará Domingos Simões Jordão em 17/07/1735.

Valdir Uchoa Ribeiro (2005), no livro *Jaguaribe Minha Terra – formação política*, relata que Feiticeiro teria surgido a partir de um aglomerado residencial localizado às margens do riacho Jatubarana (Feiticeiro), na primeira metade do século XVIII a partir do sítio homônimo, concedido em Data de Sesmarias, a José Carlos Cunha e Távora em 17/07/1735.

Durante muitos anos o Sítio Feiticeiro era pouco habitado e existiam apenas três casas: a casa da Glória, a casa dos Bertos e a casa do Sr. Osmídio (que foi transformada em hospital durante a construção da barragem). (*Fonte: Comunidade de Feiticeiro – História e Cultura nas Memórias e Espaços Locais, 2014 – Aline Teixeira Peixoto, organizadora*).

A história e o desenvolvimento de Feiticeiro estão relacionados à construção do açude Joaquim Távora, em 1932, dentro da política do Estado Novo de solução hidráulica para as estiagens no Nordeste brasileiro. A construção possuía tamanha importância que, no dia da inauguração, contou com a presença do então Presidente da República, Getúlio Vargas, o Ministro da Agricultura, Juarez Távora - o *Vice Rei do Norte*, José Américo de Almeida, Ministro da Viação e Obras Públicas, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça, Governador interventor do Ceará, Fernandes Távora (ex-governador interventor do Ceará), Lima Campos, Diretor do IFOCS, José Anastácio Maia, engenheiro responsável pela obra, Demócrito Rocha, jornalista, o Prefeito de Jaguaribe o Sr. Avelino Pinheiro de Andrade (1930-1935), o Sr. Joaquim Antônio Alves do Nascimento, pai de Juarez e Fernandes Távora, o senhor. Américo Bezerra, o senhor Otacílio Sá Pereira e outras autoridades e o povo do lugar.

Durante a inauguração da Açude Joaquim Távora, em 16/09/1933, o então Presidente da República o Sr. Getúlio Dorneles Vargas, em seu discurso, fez referência a importância da obra no combate as secas e falou do homenageado o Capitão Joaquim Távora, filho de Jaguaribe. O Ministro da Agricultura, Juarez Távora, emocionado agradeceu ao Presidente às referências em relação ao seu irmão já falecido (falecido em 1924, em São Paulo, Capital).

A obra de construção da barragem do açude Joaquim Távora ocorreu devido à grande influência política da família Távora, principalmente, Juarez e Fernandes Távora, a nível local, estadual e nacional. Juarez era Ministro da Agricultura e Fernandes ex-governador do Ceará.

A partir da construção do Açude Joaquim Távora, iniciada em 09/05/1932 e concluída em 16/09/1933, o núcleo urbano de Feiticeiro passou a se desenvolver com a construção do conjunto de casas do IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas, atual DNOCS), para servir de residência aos funcionários responsáveis pela administração do açude e em decorrência da fixação dos nativos e forasteiros que trabalharam na obra do açude. Com o desenvolvimento da agricultura irrigada e da piscicultura, ocorreu a expansão do setor mercantil, com a implantação de mercearias, lojas de tecido e armazéns. Um dos primeiros comerciantes a se instalar em Feiticeiro foi o sírio-libanês João Félix. (Fonte: Wikipédia).

A construção da barragem atraiu gente da região e de outros estados, durante a grande seca que se assolava no Ceará e região, que diante do tamanho da obra e os serviços a serem executados exigia dos trabalhadores (cassacos) muito esforço físico e até a vida, já que muitos morreram de febre na epidemia que se instalou no canteiro de obras. A obra de construção era regida por forte disciplina e os operários trabalhavam de dia e de noite, em dois turnos com uma turma em cada turno.

O açude Joaquim Távora é caracterizado como uma das principais barragens da bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, com capacidade de acumular 26,772 milhões de metros cúbicos d'água. Sua bacia hidráulica abrange terras do Sítio Feiticeiro, Juá, Barbalho, Córrego das Pedras, Mandacaru, Monte Formoso, Passagem, Riacho Feiticeiro, que foram doadas por muitos proprietários dos referidos sítios. (Fonte: *Dados das certidões de doação – Cartório do 2º Ofício de Jaguaribe, extraído de Comunidade de Feiticeiro – História e Cultura nas Memórias e Espaços Locais, 2014 – Aline Teixeira Peixoto, organizadora*).

Sérgio Barreto – pesquisador da História Jaguaribana.

Fonte: Jaguaribe Minha Terra: formação política (2005) e Comunidade de Feiticeiro – História e Cultura nas Memórias e Espaços Locais (2014).

f

BOA VISTA, ATUAL VILA DE MAPUÁ: A PRIMEIRA POVOAÇÃO MAIS IMPORTANTE, NA RIBEIRA DO JAGUARIBE, NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, CEARÁ

Francisco Sérgio Barreto Ribeiro, Engº Agrônomo (UFC) especialista em Fruticultura Irrigada (CENTEC) e Licenciado em Ciências (UECE), especialista em Docência do Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (IFCE) e pesquisador da História Jaguaribana, 01 de março de 2022.



Igreja de Santo Antônio de Pádua (2018)

Fonte: acervo Sérgio Barreto

O Distrito de Mapuá tem uma população de 5.306 habitantes (IBGE, 2010), sendo 1.124 habitantes na zona urbana da Vila de Mapuá, sede do Distrito do mesmo nome, no Município de Jaguaribe, Ceará, e uma população de 4.182 habitantes na zona rural (IBGE, 2010), tem origem na Sesmaria do Sítio Santo Antônio da Boa Vista, dada ao Capitão Antônio Gonçalves de Araújo, no início do século XVIII, no ano de 1704. Inicialmente foi uma fazenda de gado situada na margem esquerda do Rio Jaguaribe onde, a partir do ano de 1760, foi erigida uma capela em louvor de Santo Antônio de Pádua, segundo Monsenhor FRANCISCO COUTO (1972). No entorno da capela surge a povoação de Boa Vista. No ano de 1773 essa primitiva capela é ampliada e recebe capelão que passa a officiar na localidade. No dia 11 de dezembro de 1775, a capela de Santo Antônio é doada, para a edificação do patrimônio do referido santo, por Dona Úrsula Bezerra de Mello e Vasconcelos, viúva do Capitão Antônio Gonçalves de Araújo, e seus filhos de acordo com o BARÃO DE STUDART (1896).

O fundador do núcleo primitivo da atual Vila de Mapuá, segundo ANTÔNIO BEZERRA (1918), foi o Capitão Antônio Gonçalves de Araújo,

Em 1810 o naturalista inglês Henry Koster passa por Boa Vista seguindo o curso do Rio Jaguaribe, em direção ao Icó, fazendo observações sobre a vida e os costumes da ribeira do Jaguaribe que publicou no livro *TRAVELS IN BRAZIL* (1816) em Londres – Inglaterra.

No ano de 1829, o jurista paraense Felipe Patroni, em viagem de Fortaleza para o Rio de Janeiro, por terra, passa em Boa Vista indo em direção ao Icó e durante essa viagem concebeu um relato

corográfico para fins de lazer da sua esposa. Fez um importante registro dos costumes do sertão, no início do século XIX, publicado em 1836 no livro *"A viagem de Patroni pelas províncias brasileiras"*.

Em 04 de janeiro de 1831, o Conselho Provincial da Província do Ceará criou a matriz na povoação da Boa Vista (atual Mapuá), sendo instalada só em 30 de novembro de 1864. Sendo essa matriz a primeira em território do atual município de Jaguaribe, Ceará.

No ano de 1833 é criado um novo Município, desmembrado do Icó, o Município do Riacho do Sangue, com sede na localidade do Riacho do Sangue (atual Jaguaretama) compreendendo terras dos atuais municípios de Jaguaribe, Jaguaribara, Jaguaretama e Solonópole. Boa Vista (atual Mapuá) passa a pertencer a esse novo município.

A região de Boa Vista (atual Mapuá) passou a Distrito, em 18 de março de 1842, através da Portaria nº 3, do Presidente da Província José Joaquim Coelho, tendo jurisdição sob o município de Riacho do Sangue (atual Jaguaretama) e termo da Comarca de Quixeramobim.

Em 09 de abril de 1842, foi nomeada a primeira autoridade policial em Boa Vista, um subdelegado, o reverendo Antônio Ricarte de Albuquerque.

Boa Vista já foi denominado Distrito da Paz (Lei nº 778, retificada pela Lei nº 783, com edição de 03 de junho de 1856).

No ano de 1857, na Fazenda Caranguejo, em Boa Vista, do Sr. Antônio Fernandes da Silva Távora, instala-se a primeira escola da nossa região, considerada o berço do ensino primário do município de Jaguaribe – CE. O professor era o Português *Mestre Victoriano, educador, inteligente e preparado de costumes irrepreensíveis, homem austero a quem a tradição aponta como um religioso regular e foragido da pátria*, segundo VALDIR UCHÔA (2005).

A Comissão Científica do Imperador (comissão das borboletas), chefiada por Frei Alemão, em 1859, passou por Boa Vista.



Aquarela da Igreja de Santo Antônio de Pádua da Boa Vista, 1859, de José dos Reis Carvalho.

No dia 08 de setembro de 1862, os moradores de Boa Vista peticionam ao Governo da Província e ao Corpo Legislativo a criação, na povoação, de uma Freguesia, desmembrada das do Icó, Pereiro e Riacho do Sangue (Jaguaretama).

Em 30 de novembro de 1863, a Lei nº 1.074 passa a Capela da Boa Vista novamente para a categoria de Matriz. Em 12 de dezembro de 1863, através da Resolução Provincial nº 1.085, assinada pelo Presidente da Província do Ceará, José Bento de Figueiredo Junior, determinou que a nova Freguesia pertença a Vila do Icó. Em 08 de novembro de 1864, através da Lei 1.121, a referida Freguesia passa a pertencer ao Termo Judiciário de Jaguaribe-Mirim; e em 18 de novembro de 1872, pela Lei 1.468, a Freguesia é transferida para Jaguaribe-Mirim.

No dia 19 de dezembro de 1863 é nomeado um Pároco para a matriz da Boa Vista, o Reverendo Padre Teodulfo Franco Pinto Bandeira (1º Pároco de Jaguaribe).

Em 08 de novembro de 1864, ocorre a elevação da povoação de Jaguaribe-Mirim a categoria de Vila (1ª emancipação política). A Freguesia da Boa Vista transfere-se para sua jurisdição, com isso, a igreja da freguesia volta à categoria de Capela.

Em 03 de agosto de 1865, foi criada a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Boa Vista, pela Lei 1.157. Tinha a função, por delegação do Estado, da administração das obras de construção e restauração de templos religiosos e de cemitérios, conforme CICINATO FERREIRA NETO (2003).

Em 26 de novembro de 1870, é aprovado o Estatuto da Irmandade de Santo Antônio da Matriz da Freguesia da Boa Vista (Lei 1.370).

Em 18 de novembro de 1872, o Governo (Lei 1.468) transfere a Freguesia de Boa Vista para a Villa de Jaguaribe-Mirim.

Na data de 02 de fevereiro de 1926, a coluna Prestes chega a Boa Vista, oriunda de Nova Floresta, por volta das 18 horas, mantendo contato com o Srs. Raimundo Peixoto (hospedou-se em sua residência), José Abreu e Cosme Sidrinho da Silva. A coluna partiu rumo ao Rio Grande do Norte – via Pereiro- no dia 03/02/1926 às 9:00 horas da manhã.

Em 26 de julho de 1926, o padre Isaac Antero Soares funda, em Boa Vista, a Sociedade Vicentina.

Em 1943, realiza-se um plebiscito com os moradores de Boa Vista para a troca do topônimo (nome de lugar) do distrito. Sugeriram os seguintes nomes: “Moreira”, “Bandeira” e “Mapuá”. Venceu “Mapuá”. Em 30 de dezembro de 1943, troca-se a toponímia de Boa Vista para Mapuá (nome indígena proveniente da Ilha de Marajó, no Pará), através da Lei 1.114. Consta que existia outra localidade, próxima a Fortaleza, também chamada de Boa Vista e as correspondências de ambas as localidades eram trocadas com frequência, causando confusão e prejuízos. Nesse período o Prefeito de Jaguaribe era Francisco Diógenes Nogueira (Dr. Nogueira). Não havia Câmara Municipal. Os Vereadores haviam sido destituídos

pelo golpe do “Estado Novo” dado por Getúlio Vargas, em 29 de março de 1936. A câmara municipal foi restaurada em 23 de junho de 1947.

Em 21 de maio de 1963, pela Lei 6.308, foi criado o município de Mapuá, desmembrado de Jaguaribe, pelo Governador Virgílio Távora, cujo pai, Fernandes Távora (médico, escritor e ex-governador do Ceará) era natural da Fazenda Embargo localizada em Boa Vista. Em 14 de dezembro de 1965, pela Resolução nº 8.339 o município de Mapuá volta a condição de Distrito de Jaguaribe.

No *O Ceará* – Edição 1966, fls. 320, Monsenhor FRANSICO COUTO (1966) diz: *observa-se que a antiga povoação de Santo Antônio da Boa Vista, hoje Mapuá, foi, no início, mais habitada, mais importante e avantajada do que Jaguaribe-Mirim (atual Jaguaribe – CE). E tal conclusão ocorre do fato de que, fundada a Freguesia de Nossa Senhora da Purificação (das Candeias) de Jaguaribe-mirim, em 1863, a sede de sua Matriz situou-se na então capela de Santo Antônio da Boa Vista.*

Sérgio Barreto – pesquisador da história jaguaribana.

NOVA FLORESTA, A ANTIGA POVOAÇÃO DA TAPERA:



Fonte: www.google.com

O Distrito de Nova Floresta ocupa uma área territorial de 221,44 km², limita-se ao Norte com o Distrito Sede de Jaguaribe, ao Sul com o município de Orós, Quixelô e Solonópole, a Leste com o Distrito de Feiticeiro e a Oeste com o município de Solonópole. A sede do Distrito fica localizado à margem direita do Riacho Manoel Lopes.

Segundo PAULO SILVA (s/d) a povoação da antiga *Tapera* (atual Nova Floresta) surgiu a margem direita do Riacho Urubué (do tupi = urubu diferente), em 30 de outubro de 1707, há quase 315 anos, pela Sesmaria doada ao Capitão SIMÃO RODRIGUES FERREIRA.

Continua PAULO SILVA (s/d), que com o início da colonização e as constantes lutas entre exploradores portugueses e os povos locais (índios), fez-se o riacho palco sangrento lutas fratricidas, levando-os a batizar o riacho como *Riacho dos Defuntos*, devido ao massacre de alguns desses colonizadores, ocorridos, na época, em suas margens. No ano de 1723, ditas terras foram vendidas ao Coronel MANOEL LOPES DE CERQUEIRA que batizou o lugar com o nome de *Sítio das Ingazeiras*. Com o falecimento do mesmo, a propriedade foi esquecida pelos seus parentes, passando a ser denominada pelos vizinhos de *Sítio da Tapera*, onde tempos depois, foi adquirida por ANTÔNIO PEREIRA DE SOUSA para dote de casamento a seu filho FRANCISCO DO DESTERRO DE MELO.

O padre JOAQUIM FERREIRA DINIZ, no ano de 1860, muda o topônimo *Tapera* para a denominação atual, *Nova Floresta*. Segundo PAULO SILVA (s/d), de acordo com a tradição dos mais antigos moradores da comunidade, o nome Nova Floresta foi dado a pedido do esposo de Maria Quitéria, mulher que muito trabalhou para o crescimento da comunidade. Seu esposo era pernambucano, da cidade de Floresta, ele pediu que o novo nome fosse dado em homenagem a sua terra natal e a localidade passasse a ser chamada de *Nova Floresta*. Continua PAULO SILVA (s/d) que a partir de então, Nova Floresta figura nos mapas e livros como um povoado bem desenvolvido e promissor. Por ato provincial nº 1482, de 09 de dezembro de 1872, é criado o Distrito de Nova Floresta e anexado a vila de Jaguaribe-Mirim (atual Jaguaribe).

As primeiras benfeitorias foram a construção do açude (iniciou-se em 1833 e foi ampliado e concluído em 1926) e a construção da capela.

Em 1839, Maria Quitéria, já viúva, iniciou a construção da capela de Nossa Senhora Sant'Anna. O terreno foi doado, em 29 de julho de 1839, pelos casais: José Manoel de Mello e Dona Anna Maria dos Reis; Joaquim Fernandes e Dona Vicência de Jesus; Francisco José da Costa e Dona Vicência da Conceição; Manoel Antônio de Mello e Dona Nazária Bezerra; Maria Quitéria de Mello e Ana Joaquina de Mello.

A primeira cadeira da Instrução Pública Primária de Nova Floresta foi assumida pelo Professor Noberto Gonçalves Peixoto em 02 de abril de 1873.

Nova Floresta foi sede do 20º Batalhão da Guarda Nacional do Império a partir de 19 de janeiro de 1874.

Na seca de 1877/1879 foi criada a Comissão de Socorros Públicos de Nova Floresta, presidida pelo professor Noberto Gonçalves Peixoto e tendo com membros os senhores Cosme Alves Maia e Polycarpo da Costa Rodrigues. Com a transferência do Professor Noberto, para a Vila de Arronches, é nomeado para a sua vaga o senhor Thomaz de Aquino Pereira. Foi a Comissão de Socorros Públicos que construiu o antigo cemitério local.

+

Em 30 de dezembro de 1926 passou por Nova Floresta Luís Carlos Prestes e toda a comitiva da Coluna de Revoltosos conhecida como "Coluna Prestes", vindo do Piauí. Hospedaram-se na casa do senhor Joel Benvindo de Sousa (Jó). A coluna retirou-se, em sua totalidade, no dia 01 de fevereiro de 1926, por volta das 14 horas, sem ocorrer incidentes.

Em junho de 1963 (Lei 6.405), o Governador do Ceará, Virgílio Távora, elevou o Distrito de Nova Floresta à categoria de município, mas em 14 de dezembro de 1965, a referida Lei foi revogada e Nova Floresta voltou a ser Distrito de Jaguaribe sem ter realizado a sua eleição municipal e atingido a sua emancipação política.

Sérgio Barreto – pesquisador da história jaguaribana.

Fonte: Açude Público de Nova Floresta (2020), Jaguaribe Minha Terra – formação política (2005) e Árvore Genealógica de Maria Quitéria e Outros Escritos (1983).